

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL ENGENDRANDO PROCESSOS DIFERENCIADOS: O EXEMPLO DO BAIRRO DE CAMPO GRANDE – RJ

Vânia Regina Jorge da Silva

Mestranda do programa de pós-graduação em geografia¹
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
rjs.vania@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto constitui-se em reflexão teórico-conceitual tendo por objetivo examinar conceitos aparentemente díspares como: segregação socioespacial e centralização/descentralização das atividades comerciais e de serviços como sendo gerados no mesmo contexto, a saber: no processo de acumulação do capital que, através de várias estratégias engendradas por agentes e classes sociais com os seus interesses econômicos e políticos, são espacializadas na forma de diferenciações, ou melhor, desigualdades. Tem por objetivo não só demonstrar a mesma origem para estes processos mencionados como também a possibilidade de trabalhar com estes de forma dialética a fim promover o entendimento de recortes espaciais, como é o caso de Campo Grande no Rio de Janeiro, bairro que se encontra segregado e ao mesmo tempo figura como um dos importantes subcentros da cidade carioca.

Palavras-chave: desenvolvimento geográfico desigual, segregação socioespacial, centralização/descentralização, Campo Grande, Rio de Janeiro.

THE UNEQUAL GEOGRAPHIC DEVELOPMENT ENGENDERING DIFFERENTIATED PROCESSES: THE EXAMPLE OF THE NEIGHBOURHOOD CAMPO GRANDE – RJ

Abstract

The present text is constituted of theoretical-conceptual reflections, aiming to examine apparently disparate concepts such as: social-spatial segregation and centralization/decentralization of commercial activities and services, generated in the same context, namely: in the process of capital accumulation that, by divers engendered strategies by agents and social classes with their economical and political interests, are spaciouly divided by differentiations or better by inequalities. The aim of this study is not only to demonstrate the same origin of the above-mentioned processes, but to show the possibility to work with them in a dialectic form, promoting the understanding of spatial outlines as it is the case of the neighbourhood Campo Grande in Rio de Janeiro, the part of the city which finds itself segregated and at the same time is figuring as one of the important Sub-centres of the carioca city.

Key words: development unequal geographic feature, social-spatial segregation, centralization/decentralization, Campo Grande, Rio de Janeiro.

Introdução

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PUC-Rio, orientada pelo Prof. João Rua, pertencente ao quadro docente do Departamento de Geografia.

O presente texto tem por objetivo uma reflexão teórico-conceitual que dará suporte a pesquisa que está sendo desenvolvida pela autora. A necessidade desta reflexão se fez presente ao estudar o bairro de Campo Grande, um dos centros comerciais e de serviços da cidade carioca. O questionamento ocorre diante das diferenciações e hierarquias que se observa entre as diversas áreas que exercem centralidade nesta cidade, ainda mais, ao se tratar a diferenciação espacial facilmente observável, como considerar processos aparentemente díspares como segregação sócio-espacial e centralização/descentralização no mesmo contexto? Como explicar que, ao mesmo tempo em que uma área apresenta segregação em relação às demais, também exerce centralidade?

Cabe ressaltar neste momento que a pesquisa tem como embasamento a teoria do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2004) compreendendo como movimento com tendência contraditória de diferenciação e equalização no contexto capitalista. O desenvolvimento capitalista em seus diversos momentos se espacializa em conformidade com as relações de produção, relações de reprodução e relações da reprodução da produção. Estas três são dimensões intercambiáveis e interdeterminantes. Sendo assim, a proposta é desenvolver a pesquisa através do método dialético com intuito de ressaltar as diferenciações como processos espaciais que são engendrados no decorrer do tempo.

Para compor esta reflexão pretende-se fazer uma breve apresentação da área estudada e o conceito de segregação que se considera no presente texto². Após, serão feitos alguns levantamento quanto ao conceito de centro e centralidade e, dentre estes, os que proporcionam entendimento às questões levantadas.

Segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro

² Esta parte do presente é tratada de maneira mais estendida nos capítulos iniciais da pesquisa que está sendo desenvolvida sob o seguinte tema: A segregação socioespacial e o transporte público na cidade do Rio de Janeiro: o exemplo de Campo Grande-RJ.

O bairro de Campo Grande localiza-se na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e possui algumas peculiaridades que são proeminentes, por exemplo, abrange uma área territorial de 119,13 Km², sendo o terceiro maior em extensão na urbe carioca. Apresentando 297.494 habitantes, segundo o censo de 2000³, é o bairro mais populoso do município e abriga 61,4% dos habitantes da XVIII RA. Além disso, configura em parte de seu espaço um importante subcentro cuja área de abrangência extrapola os limites da cidade do Rio de Janeiro tendo Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba e algumas áreas de Nova Iguaçu no seu raio de influência. Entre as particularidades do bairro em questão pode-se citar a distância que levou a princípio, até a década de 80, o interesse de especulação imobiliária por parte tanto do Estado como de promotores irregulares ou clandestinos para uma população com pouca capacidade de se inserir no mercado imobiliário capitalista. Somente após a década de 90, observa-se a especulação imobiliária para outros setores da sociedade com mais capacidade de pagar por estes custos, ocasionando as citadas diferenciações espaciais. A “fricção da distância” é citada por Harvey (1994) como barreira a interações impondo custos nas transações do sistema de produção e reprodução, ocasionando a perpetuação de diferenciações engendradas. O próprio distanciamento da área em estudo, a falta de condições a princípio que pudesse despertar o interesse da especulação imobiliária de cunho capitalista, configuraram aspectos relevantes para a segregação no caso de bairros mais afastados da cidade carioca.

Ao trabalhar com o conceito de segregação sócio-espacial observou-se as conseqüências de diversos autores entre eles podemos fazer uma primeira referência a Harvey (2004) em que salienta a criação de um mosaico expressando diferenças geográficas que são mais que “legados histórico-geográficos”, “são reproduzidas, sustentadas, (...) reconfiguradas por meio de processos político-econômicos (...) que ocorrem no momento presente” (HARVEY, 2004, p.111). Estes processos podem ser interpretados a luz da capacidade que cada área tem de atrair ou não investimentos públicos ou

³ Estes dados estão disponíveis no site oficial da prefeitura: <portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas>, consultado em 13/05/09. Não estão disponíveis dados mais recentes de censos feitos posteriores a data indicada.

privados, como veremos mais adiante, poder político e econômico das camadas sociais que se localizam.

Cabe a partir deste ponto, discutir o que alguns autores esboçam a respeito não só do processo de segregação como também, alguns padrões que podem ser observados e esclarecer com qual se pretende trabalhar e por quê. Considerando a segregação em seus variados aspectos, suas causas e conseqüências, agentes sociais, percebemos diversas postulações sobre este conceito. Entre estes, destacaremos alguns autores, por exemplo, Villaça (2001) argumenta que o padrão mais conhecido de segregação metropolitana brasileira é o de centro x periferia, onde o primeiro é dotado da maioria dos serviços urbanos (públicos ou privados) e ocupado por classes de alta renda

Diante de discussões que serão apresentadas no decorrer deste trabalho quanto ao padrão de segregação que a cidade do Rio de Janeiro apresenta, cabe destacar ainda outras afirmações do referido autor no qual considera que o fato de não haver a “presença exclusiva de camadas da mais alta renda em nenhuma região geral na metrópole” não invalida o padrão núcleo x periferia. Villaça (2001, p. 143) a respeito do assunto aponta:

Nada disso altera a tendência à concentração das camadas de mais alta renda naquelas regiões. (...) O que determina em uma região a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole.

A importante contribuição, para esta pesquisa, das postulações de Villaça (2001) está no fato deste discorrer sobre a segregação como um processo e tendência, e que esta é necessária “à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (VILLAÇA, 2001, p. 143). Além disso, deve-se destacar as palavras do autor do que determina a segregação é a concentração significativa de uma determinada classe em uma área mais que em outra.

As postulações de Lago (2000) para a abordagem que se apresenta são importantes ao tratar de outro padrão de segregação urbana apontando este como conseqüência da crise e reestruturação econômica e estatal que o país perpassa desde a década de 1980. A autora aborda a localização das classes

sociais opondo o padrão desigual integrado centro-periferia ao novo padrão fragmentado/excludente. Engendrado após a década de 1980 com uma lógica segregadora que se amplia ao e expandir o mercado empresarial e de serviços para a classe média em áreas periféricas. Esta nova configuração se viabiliza por causa do aumento das desigualdades de renda e exclusão social diante das reestruturações econômicas e políticas. Conforme aborda Lago (2000, p. 145), durante e após a crise da década de 1980 houve a redução média de salários,

a precarização das relações de trabalho(...) a substituição dos empregos de carteira assinada pelos empregos sem carteira ou por trabalho por conta própria (...) mais vulnerabilidade quanto à estabilidade do trabalho.

A alternativa para segmentos sociais médios eram as “áreas mais distantes em condomínios fechados (...) fora das áreas centrais devido ao baixo valor da terra” (LAGO, 2000). O resultado é a existência de condomínios nobres e fechados com muros, guaritas etc ao lado de favelas, loteamentos de autoconstrução até mesmo em espaços periféricos onde o acesso à mercadoria fundiária é mais acessível.

Após estas últimas considerações torna-se claro que a segregação socioespacial é um produto que se efetiva amplamente no espaço urbano e é consolidado através do tempo por causa de diversos ditames sociais, político, econômico e cultural, tendo como agentes efetivos o Estado e as diversas subdivisões do capital, em especial o imobiliário e no caso da segregação residencial, é a expressão mais evidente da segregação socioespacial.

Neste contexto, ainda pode-se afirmar que os dois padrões de segregação abordados, o padrão desigual integrado centro-periferia e o novo padrão fragmentado/excludente são visões que não se excluem uma vez que, podem ser trabalhados simultaneamente de acordo com a escala. Esta pesquisa tem a pretensão de observar o bairro de Campo Grande sob a ótica do padrão centro-periferia percebendo que este ainda se exemplifica e serve

como um importante instrumento de análise, embora, seja considerado neste trabalho no âmbito da cidade carioca e não na Região Metropolitana.

Como o objetivo é considerar os processos de segregação e descentralização das forças produtivas no mesmo contexto de desenvolvimento geográfico e desigual, a seguir será abordada uma comparação entre alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro que se configuram em importantes subcentros desta urbe, a saber: Centro, Copacabana, Tijuca, Méier, Madureira e Barra da Tijuca, quanto à renda com o intuito de se perceber a segregação no padrão núcleo-periferia e, visto que este dado revela a capacidade, ou não, de consumo de uma população podendo ser um fator que influencia a hierarquização entre estes subcentros. Deve-se perceber, para este padrão de segregação abordado, a concentração das classes sociais nestas áreas supracitadas.

Os dados coletados com respeito à distribuição de renda entre os citados bairros no município do Rio de Janeiro foram divididos entre três faixas: a primeira de até cinco salários mínimos, a segunda de cinco a quinze, e a terceira acima de quinze.

Pode-se observar o padrão núcleo-periferia ao compararmos estes bairros, onde as disparidades visivelmente se apresentam (tabela 1). Percebe-se que na faixa até cinco salários mínimos estão concentradas nos bairros de Campo Grande, Madureira e Santa Cruz (65,9%, 60,4% e 83,4%). No bairro do Méier há uma distribuição mais homogênea entre as faixas, porém, com concentração na faixa de cinco a quinze salários (45,0%) e a Tijuca, apresenta um quadro similar, porém, com concentração na faixa acima de quinze salários (38,4%). A Barra da Tijuca desponta ao concentrar 73,0% na faixa acima de quinze salários. As maiores diferenças indicando a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro ficam em um extremo, Copacabana e Barra da Tijuca e no outro, Campo Grande e Santa Cruz, conforme a tabela a baixo.

Tabela 1 – Moradores em domicílio particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nos bairros do Rio de Janeiro - 2000. (sal. Em Real de 2000)

Bairros	Até 5 sal.	% do bairro	De 5 a 15 sal	% do bairro	Mais de 15 sal.	% do bairro	Total
Barra da Tijuca	9.851	10,72	14.974	16,39	67.087	73,0	91.912
Copacabana	34.045	23,23	50.951	34,77	65.549	42,0	146.545
Tijuca	47.348	29,18	52.620	32,43	62.308	38,39	162.276
Méier	12.310	24,06	23.039	45,03	15.813	30,91	51.162
Campo Grande	195.291	65,88	86.257	29,10	14.866	5,02	296.414
Madureira	31.043	60,44	16.856	32,82	3.459	6,74	51.358
Santa Cruz	159.523	83,42	28.963	15,15	2.735	1,43	191.221

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2006).

Ainda considerando-se a renda, a tabela a seguir demonstra o rendimento per capita por bairros, além da concentração conforme os exemplos acima, onde as maiores rendas estão em áreas mais próximas da Área Central do município do Rio de Janeiro e as menores rendas na periferia. De modo que, no que se refere à renda, o modelo centro-periferia se apresenta nesta urbe, com Campo Grande e Santa Cruz localizados nesta periferia com tantas disparidades entre faixas de renda e as menores rendas per capita dos bairros considerados, conforme a tabela a baixo. Observa-se que as maiores rendas per capita ficam respectivamente com Barra da Tijuca, Copacabana e Tijuca, enquanto que, as menores estão em Campo Grande e Santa Cruz, corroborando a visão da segregação espacial núcleo-periferia.

Tabela 2 – Rendimento domiciliar per capita por bairros do Município do Rio de Janeiro – em reais (R\$) do ano de 2000.

Bairros	Rendimento per capita 2000
Barra da Tijuca	2.722,13
Copacabana	1.887,34
Tijuca	1.438,51
Méier	1.091,88
Madureira	468,53
Campo Grande	392,49
Santa Cruz	234,36

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2006).

Como observado, o padrão de segregação socioespacial núcleo-periferia ainda é vigente se considerarmos este, segundo as postulações de Villaça (2001), como um processo que a tendência de uma concentração de determinada classe social mais que outro justifica este padrão.

A segregação sócio-espacial engendrada por práticas sociais, principalmente falando do capital imobiliário, modifica a área intra-urbana como é o caso da cidade do Rio de Janeiro. Interessante observar que, áreas periféricas como a Barra da Tijuca, devido à especulação imobiliária, apresenta uma predominância de população com maior renda e condições econômicas e políticas de atrair investimentos públicos e privados em detrimento de outras áreas periféricas da urbe. Sendo assim, outras questões emergem quanto ao padrão de segregação que se pode trabalhar, como também, dada as modificações mencionadas, o que podemos denominar centro da urbe carioca em oposição à periferia? Até que ponto este modelo continua exemplificando a realidade? Nota-se claramente que, as áreas mais distantes são as mais segregadas em sentido econômico e que este fato perpetua condições que servem para conferir qualidade de vida, a saber, investimento em: transporte público, equipamentos de estudo em seus diversos níveis, lazer, trabalho etc. neste texto decidiu-se utilizar o padrão centro-periferia considerando que a área com maior poder econômico e, portanto, político para atrair investimento continua sendo o antigo Centro, os bairros da Zona Sul e Barra da Tijuca. Numa configuração de uma área menos proeminente, Zona Norte e ao passo que se direciona a Zona Oeste (exceto Barra da Tijuca e Recreio) as condições de periferia se agudizam quanto à composição da renda, capacidade política, ofertas e infra-estrutura que confira qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social.

Tendo como um dos objetivos deste texto relacionar os processos de segregação socioespacial e centralização/descentralização em especial do setor terciário, a parte seguinte abordará a respeito deste último processo e depois, haverá a tentativa de relacioná-los no mesmo contexto, a saber, o

desenvolvimento geográfico desigual como espacialização dos diversos momentos de acumulação capitalista.

A descentralização e múltiplas centralidades na cidade carioca

Tendo por objetivo relacionar os processos de segregação socioespacial com o de descentralização das atividades econômicas, percebe-se a necessidade de se ater um pouco aos conceitos de centro, centralidade e nos processos de centralização e descentralização no bojo do desenvolvimento da acumulação capitalista. Cabe esclarecer que neste momento da pesquisa está sendo feita a consideração destes conceitos e processos indicados e que ainda serão compostos no corpo de um futuro trabalho, informações, dados que darão suporte e exemplo a este exame que se inicia.

Com a necessidade de perceber o conceito de centro e centralidade adequados para a presente consecução avaliou-se nas visões tradicionais que, centro se referia a parte diferenciada da cidade construída no decorrer do tempo, e que, durante muito tempo, foi à própria cidade (TOURINHO, 2007). E centralidade era o conjunto de qualidades atribuídas a um lugar, eram os atributos do centro historicamente construído. Este fato pode ser observado na cidade carioca, o Centro do Rio de Janeiro envolve a área historicamente construída, porém, como será abordado mais adiante, a centralidade desta área possui outras abrangências.

Desta forma, ao considerar a estrutura urbana como algo estático na Escola estruturalista de Chicago (Ecologia Urbana) e na Escola Francesa Clássica, com algumas diferenças entre as duas, havia uma preocupação com a forma, sua localização, procurando realizar uma minuciosa descrição da área em estudo visando evidenciar o padrão de concentração estabelecendo modelos que dessem conta de explicitar a forma do espaço urbano. A principal diferença entre as duas ocorre na ênfase da Ecologia Urbana na formulação de modelos em detrimento dos estudos sobre a origem histórica e característica física da área em análise.

Este tipo de análise, de acordo com o contexto da época, exprimia a necessidade dos estudos diante dos modos de produção e reprodução capitalista que, através dos processos sociais, eram espacializados na forma estruturada da cidade. Porém, de acordo com novos movimentos de desenvolvimento capitalista, houve a dispersão de atividades econômicas e de serviços e conformação de novas centralidades. Assim, novas necessidades de interpretações surgiram que este tipo de estudo não dava mais conta.

Na verdade, houve a emergência de novos momentos e processos inseridos na dinâmica da produção social do espaço, criando novas centralidades na escala intra-urbana, essas expressavam muitas vezes a saturação dos centros tradicionais para as necessidades impelidas pelas novas formas contemporâneas de reprodução e acumulação de capital.

Segundo Tourinho (2007) nas décadas de 1960 e 1970, após a profusão de centros, ou seja, observavam-se novas áreas polarizadoras já espacializadas fora dos centros tradicionais com características similares a estes últimos em sentido funcional necessitando, portanto, de uma interpretação mais complexa a respeito da estrutura urbana, sendo assim, estas áreas passaram a ser conceituadas a partir de suas funções: centros históricos, centro direcional, etc. Considerando as relações de produção e consumo destacando a centralização de determinadas funções.

Kossmann e Ribeiro (1984) comentam que, no caso do Rio de Janeiro, na década de 1930 e mais intensamente na década de 1940, o quadro de centralização começa mudar na cidade carioca, passando para progressiva descentralização, tomando após a década de 1950 a forma de subcentros. Alguns bairros que atraíam significativas parcelas de estabelecimentos comerciais e de serviços que até então, estavam limitados ao centro da cidade.

Esta segunda maneira de expressar os conceitos de centro e centralidade ocorre a partir da noção de estruturação urbana. Este, mais dinâmico e expressando um processo, compreende a importância dos fluxos que se encontram em movimento no território. Considera a centralidade a partir dos fluxos que gera, seja de pessoas, de automóveis, de capitais, de decisões, de informações e mercadorias.

Comentando as correntes tradicionais, Mello (2001) destaca que lugar central, distante do mundo vivido do dia-a-dia, está relacionado à diferenciação por este ser um “ponto de concentração, receptor e/ou emissor de fluxos comerciais, financeiros, sociais, administrativos etc.” em “decorrência das interações entre os lugares centrais e suas respectivas áreas de influência”. Comentando Lefebvre (2008) este tipo de leitura que consagra a homogeneização e aparente racionalidade não põe acento nas diferenças servem de modo acrítico para consolidar o que se observa: a segregação generalizada, as diferenciações que são engendradas e ratificadas, reunidas e reagrupadas num espaço homogêneo.

Nesta conformação espacial com o processo de descentralização e dispersão, observou-se também o espraiamento urbano. De acordo com Tourinho (2007) o centro perdeu centralidade para novas áreas de centralidade, porém, não perdeu sua centralidade, continua sendo Centro não apenas em sentido operativo e funcional, mas também por aspectos simbólicos e formais, além de funcionais. Ainda, o centro, e as demais áreas polarizadoras constituem o mesmo sistema por causa do crescimento da cidade de forma contínua e interligada, portanto, são complementares. Neste contexto, centralidade identifica um espaço urbano que pode conter em si condições necessárias para existência de concentração de fluxos diversos (riquezas, decisões, pessoas, bens).

Para Corrêa (1999) o movimento de descentralização teve como

fatores condicionantes: crescimento espacial e demográfico da cidade aliado às facilidades de transporte, infra-estrutura implantada, qualidades atrativas do sítio e amenidades

Pode-se destacar o papel dos meios de transporte mais flexíveis como ônibus, caminhão, automóvel (CORRÊA, 1999, p. 46).

Cabe ressaltar que a diversas maneiras de conceituar centro e centralidade não são excludentes. Podemos notar um embasamento nas diversas perspectivas e maneiras de conceituar o espaço, conceito-chave da geografia. Assim como, segundo as explanações de Harvey (2006), ao tratar da questão: o que é o espaço? Observou que este não é absoluto, relativo ou relacional nele mesmo, mas pode se tornar um ou todos simultaneamente

dependendo das circunstâncias e que a resposta para a pergunta alude às práticas sociais. Da mesma forma, as conceituações que foram desenvolvidas e utilizadas no decorrer do tempo para centro e centralidade tendo o seu embasamento teórico e conceitual nas acepções de espaço geográfico, e tendo a sua empiria expressa através do desenvolvimento da acumulação do capital, podem ser tratadas simultaneamente de acordo com a necessidade de explanar o movimento e processo que se encontra em estudo.

A partir da década de 80 observam-se novas nuances conceituais levando em consideração aspectos sociais, culturais e simbólicos da cidade. Mello (2001, p.113) cita vários tipos de centralidade como expressão de diversas nuances e escalas: “são lugares centrais porque atraem usuários e irradiam idéias e significados”.

O autor supracitado comenta a corrente humanística em que destaca a noção etnocêntrica com respeito aos lugares centrais. Esta pode ser vivenciada em diversas escalas, desde o indivíduo até a cidade, a pátria. Tem haver com a vivência, identificação e afinidade com o lugar:

lugares vividos diretamente, impregnados de experiência do passado e do presente, resumem as qualidades imprescindíveis para o desenrolar das atividades cotidianas (p.115).

Em busca de um olhar que abarque a totalidade da produção do espaço, que envolve o vivido, o percebido e o concebido (LEFEBVRE, 1994) existe a necessidade de dar conta das diversas formas de centralidades que ocorrem no ambiente urbano. Outras perspectivas são necessárias em virtude da pluralidade de centralidades que se entrelaçam ou ocorrem isoladamente. Sendo assim, Mello (2001) comenta a explosão de centralidades. Entre os exemplos explanados pelo autor podemos citar: as centralidades permanentemente rotativas que envolvem acontecimentos marcados pela importância da cultura e do lazer como é o caso da Avenida Atlântica e da Cinelândia, situados no Rio de Janeiro; centralidades contrastantes que reúne na mesma área diferenças consideráveis como é o caso do Largo da Carioca na cidade supracitada; e a de confinamento, o Shopping Center, apropriado para estes tempos de confinamento devido ao medo. Com o objetivo de

atender estratos socioeconômicos específicos, “são espaços que segregam (...) contribuindo para fragilizar as relações sociais” como “enclave glamoroso e das maravilhas” que protege “contra a violência, a poluição, as intempéries e a pobreza ou miséria do mundo exterior” (p.120, 121).

Como o objetivo da pesquisa é tentar fazer uma costura entre os processos aparentemente contraditórios, voltemos ao processo de descentralização das atividades econômicas e de serviços.

Para Mello (p. 117)

O aparecimento de centralidades como os subcentros facilita a vida das pessoas ao oferecer as condições necessárias para a compra, troca, venda e obtenção de bens e serviços nos subcentros próximos aos lugares vividos de moradia, trabalho e lazer, que atendem as suas respectivas áreas de mercado compostas por bairros das redondezas.

Sendo assim, o autor complementa que,

o centro do Rio de Janeiro, hoje, não se constitui ponto de referência primordial para a maioria de sua população, que pode oferecer e buscar bens e serviços necessários (...) nos subcentros espalhados pela cidade. (p. 117).

O ponto de vista do autor é empiricamente observável, porém, até que ponto a hierarquia entre o centro e os subcentros da cidade do Rio de Janeiro ainda exerce uma centralidade na qual motiva intenso fluxos de pessoas para a Área Central motivados principalmente por trabalho, lazer e estudo? Esta pergunta é oportuna por destacar as diferenciações que são formadas e mantidas através das práticas sociais.

Consubstanciando o comentário acima podemos citar Kossmann e Ribeiro (1984) ao ressaltar que os bairros que se tornaram subcentros na cidade carioca não se encontram nivelados e sim, são hierarquizados ou especializados, observando ainda que no centro da cidade observou-se a sua hegemonia por concentrar atividades financeiras e de gestão, dos serviços públicos, etc. Sendo assim (p. 2000),

o centro da cidade ainda detém uma quantidade expressiva de empresas e filiais, além dos seus escritórios centrais e administração, exercendo a função de controle e decisão

Corrêa (1999) considera os processos espaciais como engendrados nos processos sociais que são mediatizados por agentes modeladores, estes assim, criam funções e formas espaciais. É uma dinâmica feita e refeita, por isso, processos. Citando os diversos processos espaciais, entre eles, segregação, centralização e descentralização, considera que (p. 37)

não (são) excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro (...) pode-se afirmar que os processos espaciais são complementares entre si.

Para Villaça (2001), centro é fruto de um processo que produz ao mesmo tempo o centro e o não-centro, como tal, uma área torna-se centro ou deixa de ser. O autor revela a relação entre a prática social e a formação dos processos relacionados neste texto, a saber: segregação, centralização e descentralização. Sobre as camadas e classes sociais, considera que estas

não têm o mesmo poder político e econômico para disputar as distintas localizações, nem contam com as mesmas condições de deslocamento. Essas diferenças determinam o poder das classes sociais ao escolherem suas localizações em razão de seus variados interesses (p. 240, 241).

Em conformidade com o autor acima Lefebvre (2008) esclarece que o espaço é político porque envolto de estratégias e interesses das camadas sociais, portanto, impregnados de contradições e conflitos, sendo assim, na descentralização, o que houve foi à descentralização das produções e serviços, não da gestão, conforme acima indicado, as camadas e classes sociais muitas vezes não apresentam ou não lhe é permitido gerir as suas localizações ou ter o poder político para ações de acordo com os próprios interesses.

Villaça (2001) ainda destaca que o termo centro também está envolto de valorização simbólica, signos de prestígio. Cita que é a sociedade que desenvolve os mecanismos que originam tais processos quando esclarece que tais mecanismos regulam questões relacionadas à aglomeração, aproximação, afastamento, e no caso da sociedade capitalista, é o mercado. Ainda, a sociedade assim estrutura o seu espaço não ao acaso ou aleatoriamente, mas segundo uma lógica, poderíamos acrescentar lógica capitalista.

A partir destas colocações acima, começa a criar corpo a idéia de que os processos segregação socioespacial e centralização ou descentralização ocorrem num mesmo contexto. No caso aqui estudado, ao passo que o bairro de Campo Grande afastado da Área Central, a princípio tornou-se área de exploração de um capital imobiliário não institucionalizado, visto que, observou-se que até a década de 1990 existiam muitos loteamentos clandestinos e irregulares, somente após a citada década que se observa loteamentos regulares, construção de condomínios de casas ou apartamentos e Shopping Centers como o West Shopping e o Shopping Passeio.

Podemos considerar que, ao mesmo tempo em que, ao levar em conta a escala da cidade do Rio de Janeiro, pode-se observar o bairro de Campo Grande como um importante subcentro, deve-se perceber a posição relativa deste em comparação com a Área Central e os demais subcentros da urbe carioca, denotando hierarquia entre estes, devido não só a composição de quantidade e qualidade de serviços apresentados. Ainda, deve-se reconhecer o público alvo destas atividades comerciais e serviços prestados nesta área em consideração. Se por um lado, no decorrer do tempo, conforme examinado na parte anterior deste texto, a área em estudo se encontra segregada socioespacialmente, por outro lado a expansão da própria cidade, a quantidade populacional, a acessibilidade conferida por sua rodoviária e estação ferroviária, e a proximidade com outras áreas habitadas, possibilitaram ao bairro, condições para a localização de um importante centro comercial e de serviços que, numa escala mais local, pode-se buscar sua área de influência deste subcentro através dos seus fluxos de transporte diário.

Corroborando o pensamento acima, Lefebvre (2008) ao tratar do urbano como um movimento que abarca toda a sociedade em suas relações e escalas, considera que é “através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial a prática social”. Assim, o autor coloca estes processos no mesmo bojo de desenvolvimento. Ao considerar o urbano, o autor salienta que é um conceito teórico, uma forma, a do encontro e da simultaneidade, “da reunião de todos os elementos”, dos frutos da terra ao simbólico, dos processos da dispersão e da segregação às exigências de encontro, reunião e informação (p. 84, 85).

Assim, podemos perceber o espaço urbano como produto de diferentes e desiguais apropriações feitas pelas classes e camadas sociais no contexto da

apropriação privada. Ou seja, as diferenciações espaciais observadas no espaço urbano são desenvolvidas no decorrer da acumulação capitalista utilizando-se inclusive do imaginário e das relações de poder para conceber o espaço como uma mercadoria a ser apropriada e especulada.

Conforme o autor supracitado, nesta perspectiva, a necessidade é de ler o espaço através das contradições e das negações imbricadas: o que se constitui é espaço tempo diferencial. Esta leitura permite a observação das diferenciações como “redes e fluxos diferentes que se superpõe e se imbricam”. A própria dialética da centralidade introduz um movimento diferencial originando diversas topias: “isotopias”, “heterotopias” e “utopias”. Considerando Campo Grande como congregando estas heterotopias, pretende-se buscar em campo os dados e informações que darão suporte a estas análises feitas até aqui.

Considerações finais

Ao considerar a cidade do Rio de Janeiro e examinar processos aparentemente díspares como segregação sócio-espacial e centralização/descentralização percebe-se que ambos, além de outros, ocorrem no bojo de um processo mais abrangente, qual seja, o de acumulação de capital através de processos sociais que se espacializam diferenciando as áreas da cidade capitalista de acordo com estratégias de apropriação, consumo e especulação.

Observando, como salientou Harvey (2004), o mosaico que expressa diferenças geográficas que “são reproduzidas, sustentadas, reconfiguradas por meio de processos político-econômicos, percebeu-se que a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro configurou uma área fragmentada e segregada, porém, articulada. E, a cada momento de acumulação capitalista, a expansão da cidade caracterizou-se também pela descentralização das atividades econômicas e de serviços. Assim, ainda percebe-se segundo Villaça (2001) o padrão mais conhecido de segregação metropolitana brasileira é o de centro x periferia, na qual, o que se considera é a tendência para a concentração de certa camada renda da sociedade mais do que outra em determinadas áreas. Este também contribui para a hierarquização dos subcentros da cidade do Rio de Janeiro de acordo com suas necessidades de consumo e poder de compra.

Pretende-se ainda analisar dois fatores importantes: como a rede de transporte disponibilizado pela área central do bairro de Campo Grande pode auxiliar para revelar sua área de influência? E, que comparações podem ser feitas entre este subcentro e os outros considerados neste texto para exemplificar, na escala da cidade, a hierarquia entre estes?

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ed. São Paulo: Ática: 1999,79 p.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Brasil: Edições Loyola: 1994.

_____. Espaços da Esperança. São Paulo: Edições Loyola: 2004.

_____. Spaces of global capitalism. Towards theory of uneven geographical development. London: New York: 2006.

KOSMANN, Hortense & RIBEIRO, Miguel Ângelo. Análise espacial das cadeias de lojas do comércio varejista no Rio de Janeiro. In: Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, V. 46, n.01: 197-219, jan./mar. 1984.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan: Fase: 2000, p. 240.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008, 192 p.

_____. The Production of Space. Oxford, UK: Blackwell:1994.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Explosões de centralidades na cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José, RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda: 2002, p. 112-126.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual, natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Betrand Brasil:1998, 226 p.

TOURINHO, Andreia de Oliveira. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, Maria Lúcia Caira; LIRA, José Tavares Correia de (Orgs.). Cidade: impasses e perspectivas. Arquiteses. São Paulo: FAUUSP/FUPAM/Annablume: 2007, vol. 2,

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Estúdio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute: 2001, 373 p.